

Informe Legislativo Estadual

MATÉRIAS SELECIONADAS DOS DIÁRIOS OFICIAIS DOS PODERES
EXECUTIVO E LEGISLATIVO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

⇒ PARECERES PROFERIDOS NAS COMISSÕES TÉCNICAS:

MEIO AMBIENTE

APROVADO na **Comissão de Orçamento** o **parecer contrário** (a emenda) do relator, deputado Edson Albertassi, ao **Projeto de Lei nº 142/2015**, de autoria do deputado Jorge Picciani, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de indústrias situadas no estado do Rio de Janeiro, instalarem equipamentos de tratamento e reutilização de água".

DEFESA DO CONSUMIDOR

APROVADO na **Comissão de Defesa do Consumidor** o parecer do relator, deputado Dica, ao **Projeto de Lei nº 1594/2016**, de autoria do deputado Dionísio Lins, que "Dispõe no âmbito do estado do Rio de Janeiro sobre a informação ao consumidor da opção pelo uso da biometria no sistema bancário e dá outras providências", **favorável, com a emenda da CCJ**¹

EDUCAÇÃO

APROVADO na **Comissão de Defesa do Meio Ambiente** o **parecer favorável** do relator, deputado Flávio Serafini, ao **Projeto de Lei 11/2015**, de autoria do deputado Paulo Ramos, que "Institui o Programa de Coleta Seletiva com a participação das escolas de rede pública e privada."

SAÚDE

APROVADO na **Comissão de Orçamento** o **parecer** do relator, deputado Luiz Paulo, ao **Projeto de Lei nº 893/2015**, de autoria dos deputados Paulo Ramos e Dr. Julianelli, que "Institui o programa mãe canguru em todos os hospitais e maternidades no âmbito do estado do Rio de Janeiro", favorável com a emenda da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO/ ECONÔMICA

¹ CCJ – Comissão de Constituição e Justiça.

APROVADO na Comissão de Defesas dos Direitos Humanos e Cidadania o **parecer** da relatora, deputada Martha Rocha, ao **Projeto de Lei nº 1900/2012**, de autoria dos deputados Marcelo Freixo e outros, que "Cria o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social – FEHIS e dá outras providências", **favorável, com a emenda da CCJ**.

INDÚSTRIA AUDIOVISUAL

APROVADO na **Comissão de Orçamento** o **parecer favorável** do relator, deputado Luiz Paulo, ao **Projeto de Lei nº 958/2015**, de autoria dos deputados Zeidan e Comte Bittencourt, que "Institui a prática do cine clube nas escolas públicas no âmbito do estado do Rio de Janeiro".

Requerimento:

O deputado Flávio Serrafini **requereu tramitação em regime de urgência** para o **Projeto de Lei nº 2042/2016**, de autoria da CPI Requerimento nº 49/15, que "Institui a taxa de fiscalização da atividade de fundeio na Baía de Guanabara e dá outras providências". **Aguarda-se deliberação da Mesa Diretora**.

O deputado Rosenverg Reis **requereu a retirada em definitivo** do **Projeto de Lei nº 1267/2015**, que "Estabelece o direito dos consumidores matriculados em academias de ginásticas e similares no estado do Rio de Janeiro do acompanhamento de profissionais de educação física de sua livre escolha e dá outras providências". **Deferido. Vai ao arquivo**.

⇒ PROJETO DE LEI APRECIADO PELO PLENÁRIO:

Sessão Plenária: 02/02/2017

APRECIADO, em regime de urgência, o **Projeto de Lei nº 2307/2016**, de autoria do deputado André Corrêa, que "Inclui parágrafo segundo no artigo 18 da Lei 6.470, de 12 de junho de 2013 e renumeram-se os demais". (Refere-se à publicidade dos pagamentos de operações oriundas de receitas conforme compensação ambiental). As Comissões de Constituição e Justiça e de Orçamento proferiram seus respectivos pareceres (orais), favoráveis. O **PL recebeu 10 emendas e retorna às Comissões Técnicas**.

APROVADO, em 2ª discussão, o **Projeto de Lei nº 1830/2016**, de autoria dos deputados Dr. Sadinoel e Bruno Dauaire, que "Declara o município de Saquarema como 'Capital Estadual do Surf'". **Vai a autógrafa**.

APROVADO, em 2ª discussão, o **Projeto de Lei nº 2.119/2016**, de autoria da deputada Zeidan, que "Classifica São João da Barra como 'Município de interesse turístico'". **Vai a autógrafa.**

APROVADO, com emendas/subemendas, o **Projeto de Lei nº 192/2015**, de autoria do deputado Carlos Minc, que "Estabelece princípios, fundamentos e diretrizes para a educação, o desenvolvimento de capacidades, a mobilização social e a informação para a gestão integrada de recursos hídricos no sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos". **O PL vai à redação final.**

APRECIADO, em 1ª discussão, o **Projeto de Lei nº 1778/2016**, de autoria da deputada Enfermeira Rejane, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação e funcionamento de creches nos shoppings centers e centros comerciais no âmbito do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências". As Comissões de: Constituição e Justiça; Trabalho; Assuntos da Criança e da Economia proferiram seus, respectivos, pareceres (orais) favoráveis ao PL. **O PL recebeu 18 emendas e retorna às Comissões Técnicas.**

ANÁLISE DE VETOS:

VETOS MANTIDOS:

Sessão Plenária: 08/02/2017

- VETO TOTAL - PL 164/2015, de autoria do deputado André Lazaroni, que "Estabelece restrição para comercialização de aparelhos eletrônicos destinados a promover alterações no IMEI (International Mobile Equipment Identity) dos aparelhos de telefonia móvel celular e similares e dá outras providências". PL arquivado.
- VETO TOTAL - PL 1486/2016, que deu origem a Lei 7491/2016, de autoria do deputado Waldeck Carneiro, que "Assegura aos profissionais de educação física o pagamento de meia-entrada em eventos esportivos". PL arquivado.

Sessão Plenária: 09/02/2017

- VETO PARCIAL - PL 1693/2012, de autoria do deputado André Ceciliano, que "Obriga as empresas que prestam serviços ao estado do Rio de Janeiro o fornecimento das informações que menciona e dá outras providências". PL arquivado.

VETOS REJEITADOS:

Sessão Plenária: 08/02/2017

- VETO TOTAL – PL 1843-A/2016, de autoria do deputado André Ceciliano, que “Dispõe sobre a comprovação de regularidade fiscal e acessórias pelos transportadores de combustíveis e dá outras providências”. **PROMULGADO – LEI 7.516 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017**
- VETO PARCIAL – PL 2008/2016, que deu origem a Lei 7.428/16, do Poder Executivo, que “Institui o Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal do estado do Rio de Janeiro”. **Veto parcial mantido, com exceção do inciso VI do art. 14 que será incorporado a Lei.**
- VETO TOTAL – PL 507/2015, de autoria dos deputados André Ceciliano; Waldeck Carneiro, Zeidan, Carlos Minc, Zaqueu Teixeira e do ex-deputado Dr. Sadinoel, que “Cria o programa de apoio técnico aos municípios para efficientização da arrecadação dos tributos municipais, em especial o Imposto Sobre Serviço – ISS”. **PROMULGADO – LEI 7.518 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017.**

Sessão Plenária: 09/02/2017

- VETO TOTAL – PL 2879/2014, de autoria dos deputados Enfermeira Rejane, Paulo Ramos e dos ex-deputados Clarissa Garotinho e Roberto Dinamite, que “Obriga as produções cinematográficas que recebam patrocínio do governo do estado do Rio de Janeiro a divulgar mensagem de incentivo a doação de sangue.”. **PROMULGADO – LEI Nº 7.520 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2017**
- VETO TOTAL – PL 872/2015, de autoria do deputado Nivaldo Mulim, que “Institui o programa de distribuição de aparelhos auditivos para crianças e adolescentes no âmbito do estado do Rio de Janeiro”. **PROMULGADO – LEI Nº 7.522 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2017**
- VETO TOTAL – PL 617-A/2015, de autoria dos deputados Rogério Lisboa e Wanderson Nogueira, que “Dispõe sobre a obrigação das prestadoras de internet móvel e banda-larga de informarem, aos usuários, o consumo de internet móvel e banda larga e dá outras providências”. **PROMULGADO – LEI 7.523 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2017**
- VETO TOTAL – PL 2970-A/2014, de autoria dos deputados Paulo Ramos e Gilberto Palmares, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade do registro de ocorrência em caso de acidentes de trabalho com lesão, ferimento ou morte”. **PROMULGADO – LEI 7.524 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2017**

Sessão Plenária: 09/02/2017

APROVADO, em discussão única, em regime de urgência o **Projeto de Lei nº 2344/2017**, de autoria do Poder Executivo, que "Institui o pisos salariais no âmbito do estado do Rio de Janeiro para as categorias profissionais que menciona e estabelece outras providências". O PL recebeu pareceres favoráveis das Comissões Técnicas². Foram apresentadas 86 emendas. O PL saiu da pauta da ordem do dia para análise das emendas recebidas. Em 16/02/2017 retornou ao plenário e foi aprovado, conforme acorde de liderança, o substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, que ficou deliberado seguinte forma: parecer favorável, com subemenda às emendas nº 48; favorável, com subemenda aglutinativa, às emendas nº 02-04-05-06-08-10-13-14-15-16-17-18-19-22-30-31-33-36-37-47-49-50-52-53-56-59-60-61-62-63-64-68-79-77 e 82, concluindo por substitutivo. **Vai a autógrafos**

Link para acessar o substitutivo aprovado.

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/7677396657c8d983832580cd004e869c?OpenDocument>

Sessão Plenária: 15/02/2017

APROVADO, em discussão única, em regime de urgência, o **Projeto de Lei nº 2307/2016**, de autoria do deputado André Corrêa, que "Inclui parágrafo segundo no artigo 18 da Lei 6.470, de 12 de junho de 2013 e renumera-se os demais.". (publicidade dos pagamentos de operações oriundas de receitas conforme compensação ambiental) com pareceres favoráveis das Comissões Técnicas³. O **PL vai a autógrafa**.

APROVADO, em 1ª discussão, o **Projeto de Lei nº 415/2015**, de autoria do deputado André Ceciliano, que "Proíbe a comercialização, no estado do Rio de Janeiro, da substância 2,4-dinitrofenol e dá outras providências.". **Retorna em 2ª discussão**.

⇒ ATOS DO EXECUTIVO E LEGISLATIVO:**ATOS DO PODER LEGISLATIVO:**

² Constituição e Justiça; Trabalho; Agricultura; Turismo; Transportes; saúde; Educação; Minas e Energia; Defesa Civil; Economia; e da Pessoa com Deficiência.

³ Comissões Técnicas: Constituição e Justiça; e de Orçamento.

ATOS DO PODER EXECUTIVO:

Ato do Governador:

Publicação no DO-I de 15/2/17

Decreto nº 45.909 de 14 de fevereiro de 2017

Estabelece expediente nas repartições públicas estaduais durante o carnaval de 2017 e dá outras providências. (fl. 1).

Ato do Secretário de Estado:

Publicação no DO-I de 20/2/17

Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento

Institui modelo de auto de infração para lançamento da Taxa de Fiscalização Ambiental das Atividades de Petróleo e Gás – TFGP – instituída pela Lei nº 71852, de 29/12/2015 e da Taxa de Fiscalização Ambiental das Atividades de Energia Elétrica – TFGE – instituída pela Lei 7184, de 30/12/2015. (fl. 3).

DELIBERAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

COMISSÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR

Tema: Qualidade da água mineral comercializada no estado do Rio de Janeiro

Presidente do Conselho Empresarial de Assuntos Legislativos: José da Rocha Pinto. Informe Legislativo Estadual – Diretoria Jurídica/GGJ. Publicação semanal da Gerencia Jurídica de Defesa de Interesse Coletivo (GJD). Equipe Técnica: Gerente: Flavia Ayd – Assistentes: Isaura Machado; Reinaldo Oliveira Ferreira Junior. Informações técnicas e obtenção de cópias das propostas apresentadas neste informe através dos telefones: (21) 2563.2515; fax (21) 2563.4419, ou por e-mail: Isaura@firjan.org.br. Av. Graça Aranha nº 1. Autorizada a reprodução desde que citada a fonte. As informações citadas nesse informe foram retiradas dos Diários Oficiais dos Poderes Executivo e Estadual do Estado do Rio de Janeiro.